

RESEARCH OPTIONS AND ARCHIVES POTENTIALITIES – THE HISPORTOS CASE*

Elisabete Jesus / Hugo Ribeiro da Silva / Sandra Brito¹

Abstract

One of the most vital steps of the project HISPORTOS was the gathering of data related to NW Portuguese ports. This process was based on research options and on the available public information available in archives and libraries. It is now possible to try to make some observations about the potentialities of these archives.

Introdução

Enquanto colaboradores do *HISPORTOS – uma contribuição para a História da construção dos portos do Noroeste Português nos séculos XVI a XIX* tivemos a nosso cargo a tarefa de percorrer arquivos e bibliotecas com o objectivo de reunir informação, arquivística e bibliográfica, de base para o projecto, mediante a orientação e supervisão dos seus responsáveis, nomeadamente da Prof.^a Dra. Amélia Polónia.

Por conseguinte, esta comunicação pretende ser uma reflexão crítica de todo esse trabalho de três anos, procurando mostrar opções metodológicas de investigação em arquivos, bibliotecas e centros de documentação, bem como as potencialidades dos materiais encontrados.

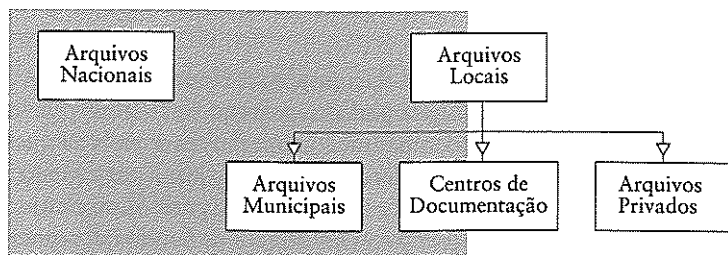
Assim, começaremos por abordar as instituições detentoras da documentação; descreveremos os percursos de investigação que a elas nos conduziram; observaremos os instrumentos de pesquisa que possuíam e em que condições ocorreu o acesso à informação e, por fim, faremos um balanço entre o caminho percorrido e os resultados obtidos, ou seja, a quantidade e relevância da informação coligida.

1. As instituições detentoras da documentação

Procurar nos arquivos informação sobre os portos portugueses é uma tarefa que requer alguma imaginação. Na verdade, a documentação nem sempre seguiu um percurso que obedecesse a uma qualquer lógica. Por conseguinte, a sua identificação não

* HISPORTOS, funded by FCT, POCTI / HAR / 36417 / 2000

¹ Hisportos scholarships



foi fácil, uma vez que tivemos de recriar o seu trajecto institucional. Conhecidas as entidades produtoras da documentação que procurávamos, assim como as mudanças de denominação das mesmas ao longo do tempo ou mesmo a transferência de funções entre entidades, acompanhada da transferência de toda a produção documental associada, surgiu o problema da localização da documentação produzida, por exemplo, pelas Direcções das Obras das Barras, pelas Junta Administrativas das mesmas, pelas Circunscrições Hidráulicas e outras entidades com responsabilidade directa nas intervenções ocorridas nos espaços portuários em análise.

De uma forma geral, podemos afirmar que a documentação se encontra dispersa por dois grandes tipos de arquivos: nacionais e locais. A nível central foram considerados, por exemplo, além da Torre do Tombo, o Arquivo do Ministério das Obras Públicas, o Arquivo Histórico Militar e o Arquivo Central da Marinha. Se uma pesquisa no primeiro é obrigatória pela multiplicidade, tipológica e geográfica, de documentação que detém, já nos outros três procurou-se a documentação produzida, directa ou indirectamente, pelos órgãos centrais de governo, como a Companhia Geral do Alto Douro, ou por entidades militares, responsáveis pela defesa da costa e pela manutenção e melhoria de infra-estruturas nos principais portos do Reino.

A nível local enquadram-se, desde logo, os arquivos distritais que, se por um lado têm como documentação de incorporação obrigatória, entre outras, a proveniente dos arquivos dos organismos da administração central periférica extintos e serviços cesantes (ex.: documentação das Provedorias/Comarcas), para além da documentação de organismos representantes da administração central –Alfândegas–; por outro recebem também a produzida pelos antigos conventos e órgãos de administração das dioceses – Cabido e Mitra. Nalguns casos, como em Viana do Castelo, encontramos mesmo documentação produzida por organismos criados especificamente para intervirem na melhoria dos portos – a Superintendência da Barra.

A nível local destacam-se ainda os arquivos municipais, visto caber às Câmaras a manutenção de algumas infra-estruturas, como os cais, e os arquivos das actuais administrações portuárias, como a APDL (Administração do Porto do Douro e Leixões) ou a APA (Administração do Porto de Aveiro), que por vezes receberam documentação de instituições que as antecederam. Para além dos arquivos, há a destacar, também a nível local, as bibliotecas, já que algumas delas, como a BPMP (Biblioteca Pública Municipal do Porto), guardam documentação manuscrita, ou até mesmo impressa, de interesse para os estudos portuários.

2. Percursos de investigação

No ponto anterior, ao descrevermos algumas das entidades detentoras da documentação, referimo-nos apenas àquelas que, logo à partida, pelas competências que lhe estão adstritas, potencialmente guardariam documentação com interesse para as questões propostas pelo projecto. No entanto, as leituras de bibliografia, portuguesa e estrangeira, sobre o tema (obras científicas e artigos em publicações periódicas e monografias de história local), foram revelando a (provável) existência de fundos documentais noutros arquivos, bibliotecas ou outras instituições. Por outro lado, também nos ajudaram a traçar o possível percurso da documentação, desde que foi produzida (Antigo Regime) até ser depositada em arquivo. Tornou-se, pois, necessário, como atrás deixamos antever, conhecer a história institucional das diversas entidades (centrais, municipais ou até particulares) que tiveram responsabilidades na construção de infraestruturas portuárias no litoral Noroeste português. Só assim seria possível reconstruir com rigor o processo de produção e transferência da documentação histórica portuária e aspirar à sua localização e posterior análise.

Desta forma, conseguiu-se perceber, por exemplo, a necessidade de uma pesquisa nos fundos do Arquivo da Real Companhia Velha, herdeira do arquivo da entidade que, no século XVIII/XIX, superintendeu a navegação no Rio Douro, ou em instituições como a Sociedade de Geografia de Lisboa, Gabinete de Engenharia e Arqueologia Militar ou Instituto Geográfico, que teriam cartografia histórica de interesse para o projecto. Contudo, nem sempre as pistas seguidas se revelaram frutíferas, de que são exemplos a Academia da Marinha ou o Instituto Marítimo-Portuário, onde não se encontrou qualquer informação relevante.

3. Instrumentos de pesquisa disponíveis e o acesso à documentação

Muitos dos arquivos portugueses não possuem bons instrumentos de pesquisa nem estão informatizados. Além do mais, como não possuem guias ou inventários publicados, toda a pesquisa e selecção da documentação a consultar tem de ser feita *in loco*. Ou seja, todo o processo se torna difícil e moroso. A estes problemas, somam-se outros, como a errónea catalogação de fundos ou séries documentais, a que por vezes se junta a pouca ajuda prestada por técnicos/funcionários. As maiores dificuldades foram sentidas em alguns arquivos centrais, como o Arquivo Histórico Ultramarino e o Arquivo Histórico Militar, onde apenas são disponibilizadas listagens manuscritas de documentação², que se encontram em caixas, obrigando à consulta de todos os documentos para se verificar se há algum com interesse. Já nos arquivos Municipal e Distrital de Viana do Castelo, por exemplo, ainda que não disponham de eficazes e rápidos instrumentos de pesquisa, os técnicos mostraram-se sempre disponíveis para auxiliar o investigador.

2 As designações atribuídas à documentação de cada caixa são por vezes incompletas e induzem em erro.

4. Fundos arquivísticos *versus* informações relevantes – alguns exemplos

Pelo que já ficou exposto, rapidamente se conclui que arquivos à partida promissores, pelo tipo de documentação que guardariam, se revelaram parcos em informação (ex.: Academia da Marinha e Instituto Marítimo-Portuário). Por outro lado, algumas fontes revelaram dados importantes, nomeadamente para períodos recuados (séc. XVI), mas exigiram muito tempo na sua recolha, de que são exemplo os livros de despesas dos municípios. A sua tipologia foi variando ao longo do tempo e, como incluíam todo o tipo de despesas municipais, foi necessário vê-las todas para se detectar as que estavam relacionadas com as infra-estruturas portuárias.

Uma dificuldade particular surgiu com alguns projectos de obras, cujas memórias descritivas nos remetiam para material cartográfico que nem sempre foi possível encontrar, do mesmo modo que se desconhece o paradeiro da cartografia que estaria apenas a alguns processos de intervenção.

4.1- Arquivos Nacionais

O Arquivo Histórico Militar revelou possuir alguma informação, mas remetendo-nos apenas para os finais do séc. XVIII/ inícios do séc. XIX. Note-se ainda que, como seria de esperar, a documentação aí existente, com interesse para o *Hisportos*, aborda sobretudo aspectos relacionados com a defesa da costa, nomeadamente construção ou obras de melhoramento em fortes ou fortalezas. Mesmo assim, de particular importância para o estudo das barras (em especial Aveiro) parece ser o designado fundo do Conde de Lippe. Sobre a abertura da barra de Aveiro, existe também documentação no Arquivo Histórico Ultramarino.

O Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, o Instituto Geográfico, a Sociedade de Geografia de Lisboa, a Torre do Tombo e a Biblioteca Nacional forneceram-nos cartografia histórica relacionada com o âmbito cronológico e espacial em estudo. Mesmo assim, a maioria dos mapas retratam o Porto e Aveiro no século XVIII ou em períodos posteriores. Já no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, se a cartografia não tinha especial interesse, encontrámos documentos sobre as obras na Barra de Aveiro, as condições de navegabilidade no Rio Douro (Porto) e o encanamento do Rio Cávado (Esposende).

No Arquivo Central da Marinha e no Instituto Marítimo-Portuário, a documentação existente extrapola o limite cronológico do projecto, tratando-se maioritariamente de material produzido a partir da segunda metade do século XIX.

4.2- Arquivos Locais (distritais, municipais e privados)

Aveiro

Na Administração do Porto de Aveiro foi recolhida documentação cartográfica e documental. No entanto, os fundos documentais referem-se, na sua maioria, ao século XIX. Deu-se particular atenção ao livro do *Registo Geral da Superintendência da Barra* (com registos a partir de 1756) e ao livro das *Despesas das obras da barra* (de cobertura cronológica muito limitada - 29 de Março de 1802 a 20 de Setembro de 1802 – mas deveras importante pela sua raridade e riqueza informativa, nomeadamente no que toca a trabalhadores, salários, técnicas e materiais de construção).

Porto

No Arquivo Distrital do Porto foi realizada uma extensa pesquisa em diversos fundos: Real Casa Pia - Inspeção de Estradas; Provedoria da Comarca do Porto; Contadoria da Comarca; Alfândega de Vila do Conde; Intendência da Marinha; Arsenal do Exército do Porto; Governo Civil do Porto e Cabido da Sé do Porto. Contudo, estes fundos revelaram poucos dados para o projecto.

No Arquivo Histórico Municipal do Porto e na Biblioteca Pública Municipal do Porto as pesquisas realizadas prenderam-se, num primeiro momento, com a identificação de cartografia histórica relativa ao porto local. No entanto, o resultado da pesquisa contemplou-nos com representação cartográfica não apenas da barra do Douro, mas também de outros espaços portuários.

Na primeira instituição, uma “série” de *livros de obras públicas*, bem como vários *livros do cofre das fortificações* forneceram importantes contributos para o estudo do porto desta cidade, desde o séc. XVII ao séc. XIX. No entanto, num segundo momento a pesquisa direccionou-se para um outro núcleo documental relacionado com as receitas e despesas municipais e sua aplicação, de que são exemplo os livros do cofre dos sobejos das sisas. No que toca à relevância destes livros municipais enquanto fonte histórica de interesse para a reconstituição de intervenções em espaços portuários, tomemos como exemplo o livro 827, cujas datas extremas são 1590 a 1600. Nele se descrevem as receitas, arrecadadas pelo cofre dos cobejos, provenientes das várias sisas e das avenças (contributo pecuniário directo dos moradores do Porto até 1603) e, por vezes, nas margens dos registos de receitas, vêm anotações de despesas que são pagas com parte das quantias devidas ao cofre pelos arrendamentos das sisas (canalização directa das receitas para despesas). A leitura dos 100 fólios que compõem este livro, revelou as despesas relacionadas com a defesa militar, o castelo de São João da Foz e a obra do Cais da Ribeira. Esta fonte, que à partida não seria prioritária para qualquer investigador que se debruce sobre o estudo de espaços portuários, mostrou-se, pois, de considerável importância³.

Além destes, foram ainda visitados os arquivos históricos de instituições privadas, como a APDL e a Real Companhia Velha. Neste, dadas as limitações impostas – inexistência de um horário de abertura ao público e a necessidade de pagamento para consultar a documentação – procedeu-se a uma recolha parcelar da informação existente, em particular num fundo que reúne documentação relativa às obras da barra e das estradas do Douro, e no fundo de correspondência trocada com a Companhia, onde se encontram algumas cartas sobre as obras da barra, como as enviadas pelo engenheiro Reinaldo Oudinot. Contudo, assinala-se as potencialidades deste arquivo e o interesse em realizar aí pesquisas mais exaustivas.

Já no que se refere à APDL, cujo acervo documental não foi ainda contemplado com a devida organização arquivística, não dispendo, portanto, de instrumentos de pesquisa, o acesso à documentação e a sua reprodução foi-nos completamente facilitada. Contudo, o núcleo documental refere-se, maioritariamente, ao século XIX, não se encontrando documentação portuária que à partida nele deveria estar localizada, já que

3 Esta fonte foi estudada pelos colegas Patrícia Costa, Pedro Ramos e Sara Pinto, no âmbito do programa de estágios PRODEP-III, realizado no AHMP no ano lectivo 2003/2004. Para mais informação veja-se relatório respectivo.

a APDL é a herdeira de outras entidades que em séculos anteriores tiveram responsabilidades na edificação/manutenção das infra-estruturas portuárias.

Vila do Conde e Viana do Castelo

No Arquivo Distrital de Viana do Castelo, pudemos completar um pouco mais o puzzle das informações sobre o encanamento do Rio Lima, que haviam sido obtidas através do *Livro do Encanamento do Lima*, depositado no Arquivo Municipal da mesma cidade.

As pesquisas nos Arquivos Municipais de Viana do Castelo e de Vila do Conde revelaram-se profícuas, visto que nos arquivos centrais pouco se encontrou sobre estes espaços. Foram vistos os livros de despesas destes concelhos que, pela sua natureza, apresentam informação diversa, relacionada com os diversos gastos dos municípios, incluindo as motivações subjacentes a esses dispêndios. Os dados relativos a infra-estruturas portuárias são escassos, mas, na ausência de outras fontes, a consulta deste tipo de documentação constituiu a única via para uma aproximação ao conhecimento dos portos destas duas localidades.

Conclusão

Um projecto dedicado ao estudo de um espaço geográfico, confinado aos principais portos marítimos do Noroeste português, entre Caminha e Aveiro, pode sugerir que estamos perante uma investigação de nível regional, para não dizer mesmo local, ou melhor, perante um somatório de estudos de caso. Por conseguinte, poderia pensar-se que o trabalho de recolha de informação se circunscreveria, na sua maioria, às instituições arquivísticas localizadas no espaço em estudo. Contudo, como pudemos observar no presente relatório, foi necessário percorrer arquivos sedeados em Lisboa, para além dos arquivos distritais, municipais e, até, instituições privadas.

O elevado número de questões que o projecto inicialmente pretendia abordar ficou restringido aos aspectos relacionados com as infra-estruturas, as políticas régias associadas e os condicionalismos geomorfológicos da costa, já que são aquelas que, entre os estudos portuários em Portugal, mais carecem de resposta. No entanto, para determinados intervalos temporais, a documentação mostrou-se lacunar no cumprimento de tais objectivos. Alguns dos arquivos, como o Central da Marinha e o das Obras Públicas, mostraram-se parcos em informação, ao contrário do que seria de esperar. Nos arquivos municipais foi possível identificar, para várias cronologias, investimentos na conservação e melhoria de algumas infra-estruturas, em particular os cais. Todavia, raramente foi possível identificar técnicas utilizadas e mão-de-obra empregue. As excepções referem-se a Aveiro, Viana e Porto (finais do século XVIII e primeira metade do século XIX). Contudo, de todos os portos do Noroeste em análise, para o século XVIII, distingue-se, pela quantidade de informação que foi possível recolher (sobretudo nos arquivos centrais), Aveiro. Já para o século XVI, o lugar cimeiro é ocupado por Vila do Conde.

Em suma, o percurso realizado durante estes três anos permitiu reunir a informação existente, graças à união de esforços e ao trabalho de equipa, diagnosticando-se ao mesmo tempo problemas/entraves à investigação:

- Dispersão da documentação por numerosos arquivos, fundos e, até, tipologias documentais - daí a importância do trabalho em equipa;
- Inexistência de instrumentos de pesquisa informatizados na generalidade das instituições consultadas;
- Inexistência de Guias de Fundos Documentais que identifiquem o percurso da documentação desde a entidade produtora até à entidade detentora da mesma;
- Excesso de burocracia no acesso à documentação e sua reprodução para fins meramente científicos;
- Dificuldades de uma análise comparativa na longa duração, ainda que não impossível, visto nem sempre existir informação para vários portos num mesmo momento histórico ou nem sempre existir o mesmo tipo de informação que dê resposta às mesmas questões.

No entanto, os problemas/entraves à investigação atrás enumerados não se tornaram impeditivos do andamento do projecto:

- Perante a dispersão da documentação por arquivos vários, conseguimos identificar e localizar fontes relacionadas do ponto de vista histórico (ex. Plantas e respectivas memórias, alvarás e avisos régios associados);
- Perante a inexistência de instrumentos de pesquisa informatizados que agilizassem a nossa investigação, conseguimos, neste momento, dispor em base de dados de um roteiro de fontes portuárias (impresas e manuscritas) localizadas nas diferentes instituições citadas;
- Perante a inexistência de guias que identificassem o percurso da documentação desde a entidade produtora até à entidade detentora da mesma, não só traçámos sumariamente a história institucional das entidades produtoras, como identificámos o percurso efectuado ao longo dos séculos por muitos desses fundos documentais.

Perante este cenário, temos maiores certezas da importância do projecto, uma vez que as informações reunidas, por mais parcelares ou lacunares que possam ser, mercê dos próprios percursos da documentação ao longo do tempo, permitirão, como já têm permitido, um melhor conhecimento dos portos do Noroeste na Época Moderna.:::